

## O PROJETO “PORTO MARAVILHA” NO RIO DE JANEIRO: inspiração em barcelona, representações e produção a serviço do capital<sup>1</sup>

*THE “PORTO MARAVILHA” PROJECT IN RIO DE JANEIRO: inspiration in barcelona, representations and production at the service of capital*

*EL PROYECTO “PORTO MARAVILHA” EN RIO DE JANEIRO: inspiración en barcelona, representaciones y producción al servicio del capital*

### RESUMO

O projeto “Porto Maravilha” foi lançado em 2009. Aproximadamente 15 anos após seu lançamento, é possível afirmar que sob a orientação das parcerias público-privadas, de evidente cunho neoliberal, as estratégias políticas do Estado se articulam às estratégias econômicas do capital financeiro-imobiliário, erguendo variados entraves territoriais para muitos dos usos e apropriações possíveis do espaço. Muito do que tem sido proposto e posto em prática no Projeto Porto Maravilha foi inspirado nas transformações realizadas em Barcelona principalmente no último quartil do século XX. O desenvolvimento do artigo segue um caminho metodológico que faz uso da tríade formada pelos processos materialização, substrução e projeção – por nós desenvolvida em trabalhos anteriores – para pensar as reformas urbanas das cidades. Esta ferramenta analítica nos permite compreender a produção alienadora do espaço e da vida cotidiana, somando ao estudo das representações e dos jogos de poder a análise das construções da materialidade e da(s) ideologia(s) vividas, percebidas e concebidas.

**Palavras-chave:** produção do espaço; projeto Porto Maravilha; representações; Rio de Janeiro; Barcelona.

### ABSTRACT

The “Porto Maravilha” project was launched in 2009. Approximately 15 years after, it is possible to affirm that under the guidance of public-private partnerships, with a clear neoliberal nature, the political strategies of the State are linked to the economic strategies of financial and real estate capital, erecting various territorial obstacles to many of the possible uses and appropriations of space. Much of what has been proposed and put into practice in the Porto Maravilha Project was inspired by the transformations carried out in Barcelona, mainly in the last quarter of the 20th century. The development of the article follows a methodological path that uses the triad formed by the processes of materialization, substruction and projection – developed by us in previous works – to think about the urban reforms of cities. This analytical tool allows us to understand the alienating production of space and everyday life, adding to the study of representations and power games the analysis of the constructions of materiality and ideology(ies) lived, perceived and conceived.

**Keywords:** production of space; porto Maravilha Project; representations; Rio de Janeiro; Barcelona.

 Alvaro Ferreira<sup>a</sup>  
 Horácio Pizzolante<sup>b</sup>  
 Mateus Viriato<sup>c</sup>

<sup>a</sup> Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>b</sup> Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>c</sup> Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.86553

#### Correspondência:

alvaro.ferreira.geo@gmail.com;  
hpizzolante1@gmail.com;  
mateusviriato@gmail.com

**Recebido em:** 08 mai. 2024

**Revisado em:** 14 ago. 2024

**Aceito em:** 12 fev. 2024

<sup>1</sup> O presente artigo é uma versão revista e ampliada do texto publicado no livro Dinâmicas socioespaciais em redes interdisciplinares, organizado por Augusto César Pinheiro da Silva – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020, pp. 95-115.



## RESUMEN

El proyecto “Porto Maravilha” fue lanzado en 2009. Aproximadamente 15 años después de su lanzamiento, es posible afirmar que bajo la guía de alianzas público-privadas, de evidente carácter neoliberal, las estrategias políticas del Estado están vinculadas a las estrategias económicas del capital financiero-inmobiliario, erigiendo diversas trabas territoriales a muchos de los posibles usos y apropiaciones del espacio. Gran parte de lo propuesto y puesto en práctica en el Proyecto Porto Maravilha se inspiró en las transformaciones llevadas a cabo en Barcelona, principalmente en el último cuartil del siglo XX. El desarrollo del artículo sigue un camino metodológico que hace uso de la tríada formada por los procesos materialización, substrucción y proyección – desarrollada por nosotros en trabajos anteriores – para pensar las reformas urbanas en las ciudades. Esta herramienta analítica permite comprender la producción alienante del espacio y de la vida cotidiana, sumando al estudio de las representaciones y juegos de poder el análisis de las construcciones de materialidad e ideología(s) vividas, percibidas y concebidas.

**Palabras-clave:** producción del espacio; proyecto Porto Maravilha; representaciones; Rio de Janeiro; Barcelona.



## INTRODUÇÃO

Inserido no contexto da globalização, o processo de metropolização do espaço sinaliza um momento histórico específico do desenvolvimento territorial da cidade do Rio de Janeiro, marcado por profundas transformações nas formas e conteúdos da urbe carioca. Como observado em outras metrópoles do mundo, tais mudanças vão além da morfologia da paisagem e nos apontam as novas conjunturas político-econômicas e determinações sociais da produção do espaço urbano. Esta metrópole, demasiadamente transformada, se apresenta sob um novo jogo desigual de poderes, caracterizado por múltiplas tensões entre as práticas de dominação e de apropriação. Sob essa condição metropolitana, a espacialidade das práticas sociais se redefine a partir de outras maneiras de conceber, perceber e vivenciar o espaço nas grandes cidades.

Tendo em vista a metrópole carioca e suas transformações contemporâneas, observamos que a reorientação das políticas do Estado em função das determinações econômicas do mercado imobiliário-financeiro culminou na elaboração de novas diretrizes governamentais, expressas sob uma lógica privatista do controle e de desenvolvimento territorial. Sob esta perspectiva, em virtude da racionalidade estratégica e mercadológica dos grupos que planejam e ordenam o território, os projetos de revitalização dos lugares da cidade tornaram-se uma tendência a ser reproduzida: foram realizadas, na última década, grandes obras e reformas de incrível magnitude midiática.

As obras na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro e suas imediações, parte integrante do projeto denominado Porto Maravilha, adquiriram uma grandiosidade nunca antes imaginada, incorporando cada vez maiores somas de investimento. Sob a orientação das parcerias público-privadas, de evidente cunho neoliberal, observamos que as estratégias políticas do Estado se articulam às estratégias econômicas do capital financeiro-imobiliário, erguendo variados entraves territoriais para muitos dos usos e apropriações possíveis do espaço. Assim sendo, uma série de restrições se impõe à realização plena da vida social, de modo que, a todo o momento, o público e o privado se contrapõem e se condicionam de forma desigual na metrópole carioca.

Na esfera da vida cotidiana, a agravante instabilidade das condições de vida faz parecer que não há nada de permanente na cidade carioca, a não ser a mudança. Todos os seus elementos se encontram em redesenho constante: paisagens e dinâmicas que no passado julgávamos ser duradouras (ou até imutáveis) dão lugar a novos contornos e práticas progressivamente mais efêmeras do que antes. Porém, se o pulsar desta metrópole funda seu ritmo sob o império da transitoriedade, devemos reconhecer que estas transições também se ancoram em determinadas continuidades. O novo não tomou por completo o que lhe precedia, pelo oposto, em certos aspectos intensificou fluxos e tendências pré-existentes no espaço urbano, que ao invés de



sucumbirem com a reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, são hoje reproduzidos a partir de novas significações e contextos.

Destacaremos, no presente artigo, que muito do que tem sido proposto e, atualmente, posto em prática no Projeto Porto Maravilha foi inspirado nas transformações realizadas em Barcelona principalmente no último quartil do século XX. Nesse sentido, podemos pensar as reformas urbanas destas cidades de acordo com a tríade dos processos materialização, substrução e projeção, desenvolvida em trabalhos anteriores (FERREIRA 2017, 2019). Esta ferramenta analítica nos permite compreender a produção alienadora do espaço e da vida cotidiana, somando ao estudo das representações e dos jogos de poder a análise das construções da materialidade e da(s) ideologia(s) vividas, percebidas e concebidas. Para tanto, é indispensável o distanciamento temporal proporcionado pelo presente momento histórico, uma vez que projetos vieram (ou não) a se materializar, alterando o substrato e abrindo possibilidade para novas projeções.

### REPRESENTAÇÕES E TEMPORALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A noção de produção do espaço, conforme proposta pelo filósofo francês Henri Lefebvre (1974), é processual e se dá de forma concomitante, ininterrupta e desigual nas mais variadas dimensões e escalas da realidade. Este entendimento possibilita a análise do conteúdo que transcende as formas aparentes ao focar os processos sociais que dão origem e explicam a morfologia do espaço. Deste modo, a teoria permite desvendar como o sistema de ações e o sistema de objetos interagem, complementam-se e, simultaneamente, tensionam-se e, assim, interpretar os objetos com poder de agência sobre as ações (Santos, 1996). Iluminando então as intencionalidades por trás das aparências ao elucidar os sujeitos sociais que produzem o espaço e as mediações que tornam o processo real.

Partindo de tal noção, é possível compreender como o espaço é produzido a partir de intencionalidades díspares. O espaço não é neutro, mas permeado por ideologias, por relações de poder, pela política... Nele, materializam-se as interações e as lutas entre os grupos sociais e seus projetos de mundo. Esta é a condição social do espaço, do espaço como produto-produtor das práticas da sociedade, ou ainda, como condição, meio e produto da reprodução da sociedade (CARLOS, 1994, 2019). Diante disso, o espaço não é apenas o resultado das práticas humanas interagindo com a natureza, mas se faz determinante desde o princípio desta relação, interferindo de forma direta nos mais variados níveis da vida social, seja na disposição material das trocas da sociedade ou na elaboração de suas mentalidades, leis e identidades. Sendo assim, o próprio indivíduo se insere como sujeito social ao produzir o espaço que lhe produz.



Nesse sentido, é importante notar que este movimento de produção espacial se apresenta num sentido multidimensional e dialético, sob a complexa relação materialidade-imaterialidade. Refere-se tanto à realização material de objetos técnicos, quanto à construção de imaginários, normas e comportamentos espacializados de acordo com uma dada lógica e em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção. Sobre isso, Lefebvre (1974) ressalta que o espaço não se resume a sua realidade objetiva, pois é também demasiadamente subjetivo, carrega simbolismos e representações poderosas, que são determinantes nos modos de ser e agir dos sujeitos sociais.

Logo, o processo de produção do espaço incorpora as diferentes conjunturas e situações da vida cotidiana, âmbito no qual se verifica, de forma ambígua e contraditória, os movimentos de dominação e apropriação; submissão e subversão; sujeição e insurgência; controle e resistência; repetição e devir; banalização e criatividade da vida – que, cada vez mais, é homogeneizada, fragmentada e hierarquizada em ritmos acelerados. Envolve atores e agentes com intencionalidades conflitantes, mas que, em muitos casos, sob a lógica globalizante e homogeneizante do capital, projetam desejos semelhantes e que vem a se materializar de formas distintas, de acordo com os jogos de poder, com as associações e interações (nessa dimensão da ação é que é possível falar de substrução) em cada lugar.

Desta maneira, a análise desta produção envolve múltiplas dimensões e momentos interconectados da realidade espacial, que podem ser captados ao intelecto através das valiosas tríades dialéticas de Lefebvre. É justamente com inspiração neste pensamento triádico que propusemos, em trabalhos anteriores, a tríade analítica materialização-substrução-projeção (FERREIRA, 2017, 2019). Consideramos que esta seja de extrema valia para a análise da produção do espaço, em um âmbito geral, assim como a produção alienadora das cidades no presente momento histórico. Portanto, permite-nos traçar semelhanças e diferenças entre os projetos olímpicos das cidades de Barcelona e Rio de Janeiro, em especial no que diz respeito à reestruturação urbana de suas regiões portuárias.

Antes de progredirmos com a análise da referida tríade, é imperativo que sejam ressaltados alguns aspectos gerais que dizem respeito a ela - aspectos estes que também funcionam para as tríades propostas por Henri Lefebvre, com as quais esta visa dialogar. Primeiramente, não há qualquer relação de hierarquia entre os elementos da tríade, assim como não há um termo que não esteja em interação com os outros dois: somente podemos falar em sobredeterminação interna (entre os termos que formam as tríades) ou externa (entre a tríades), jamais em gradação. Somado a isto, é preciso saber que trabalhamos, assim como Henri Lefebvre, com a realidade atual (presente), com a herança inscrita no espaço (passado) e com o possível (futuro): nossa visão está aberta a múltiplas temporalidades, que coexistem em um mesmo momento histórico



e, naturalmente, em um mesmo espaço. Ou seja, as tríades funcionam como ferramentas que foram desenvolvidas para desembaraçar a realidade e auxiliar a análise de determinadas dimensões e escalas.

Ao pensarmos no espaço, conforme ele se dispõe diante de nós, no momento presente da vida cotidiana, estamos refletindo sobre a dimensão da materialização. Referimo-nos, neste primeiro momento, ao espaço produzido, lócus da produção e reprodução da vida. Tratamos, aqui, das formas e das paisagens, isto é, da materialidade espacial tal como ela se apresenta hoje (aqui e agora). A partir deste primeiro termo podemos nos indagar como o espaço é organizado e como se dá a sua produção nos tempos atuais, ou ainda, como ele é concebido, percebido e vivenciado pelos variados segmentos da sociedade.

Não obstante, se o espaço é produto e também produtor de relações sociais que nele ocorrem, isto nos induz a afirmar que este jamais poderia expressar neutralidade. A produção social do espaço evidencia seu caráter político-ideológico, assim como as tensões que dão dinamismo ao processo, pois os diferentes grupos sociais que produzem o espaço o fazem de acordo com práticas, discursos e intenções específicas (e muitas vezes ocultas). Portanto, em sua complexidade, o processo de produção espacial envolve uma geometria social muito desigual dos sujeitos que produzem o espaço, com poderes assimétricos e que se manifestam a partir de diferentes escalas e sentidos de ação.

Diante disso, torna-se possível analisar as práticas espaciais dos grupos sociais que desempenham distintos papéis na produção do espaço e assumem diferentes caminhos enquanto sujeitos sociais, constituindo-se seja como atores ou agentes<sup>2</sup>. Tanto o ator quanto o agente se situam no plano da ação, mas são vários os traços que os distinguem no contexto da vida cotidiana. Os atores estão ligados à certa posição de protagonismo nos jogos de poder e tem como premissa a construção de estratégias de ação, com relativa autonomia e capacidade reflexiva na manipulação de seus atos. Por isso, suas práticas constroem encadeamentos sócio-políticos e se manifestam com grande impacto na produção do espaço urbano-metropolitano. Já os agentes se situam em conjunturas nas quais não estão “no controle”, pois estão alienados em relação à definição dos rumos de suas próprias tragédias cotidianas. Sob estes termos, o agente age de maneira ordinária (está sempre sob a tutela da ordem) e participa da produção do espaço de acordo com as formas e dispositivos que já estão postos e pré-estabelecidos para a ação.

---

<sup>2</sup> É interessante reforçar que esta é uma distinção operacional para estudar as escalas e sentidos da ação no cotidiano. Uma escolha teórico-metodológica que tem como horizonte a dimensão da ação social, do agir em sociedade. Visto que há inúmeras possibilidades de ações, de acordo com os vários sujeitos da cidade – desde aqueles que sujeitam até os que estão sujeitados – a conceituação ator-agente ajuda a demarcar as diferentes maneiras de construção da ação social. Maneiras de agir muito desiguais, mas que constantemente entram em choque social (tanto no sentido de se complementar, quanto no de se opor) nas desventuras da vida cotidiana. Assim, tal como pontua Ribeiro (2005), a constituição de sujeitos plenos na definição de seus futuros está diretamente relacionada à condição espacial de outros que não conseguem desenvolver todas as suas potencialidades de agir.



No entanto, é pertinente ressaltar que no decorrer dos momentos e situações do cotidiano, esta distinção entre atores e agentes não é tão simplória e nem tampouco permanente. A condição de ator ou agente é transitória e por vezes ambígua, pois se coloca sempre em função de um contexto de ação, ou seja, em relação às circunstâncias espaciais nas quais agimos. Tendo em vista tais apontamentos, dependendo da conjuntura espacial em que se insere, nem que seja por um curto espaço de tempo, um ator pode se comportar como agente e um agente pode se tornar um ator<sup>3</sup>.

Logo, esta diferenciação entre atores e agentes está diretamente associada à teoria dos momentos de Henri Lefebvre, pois só se aproxima do real quando consideramos a multiplicidade e as nuances de cada conjuntura e situação social. Sob estes termos, a posição social de cada sujeito é (até certo ponto) volátil e a variação dos papéis sociais se dá de acordo com a variação dos espaços-tempo do cotidiano. Deste modo, a distinção entre atores e agentes corresponde a uma estrutura construída historicamente - o que nos remete à noção de substrução -, mas a cada momento pode variar substancialmente, dependendo das condições específicas de cada espaço. Assim, tais papéis sociais variam de acordo com as condições espaciais e temporais desiguais da sociedade na qual nos vemos atuando e exercendo nosso poder de ação.

Seguindo este raciocínio, ao afirmarmos que o espaço é produzido nas incessantes associações, colaborações, embates e enfrentamentos que ao longo do tempo se manifestam entre os atores e agentes sociais (seja em relação às tensões entre Estado e Capital ou mesmo entre classes sociais, por exemplo) estamos evidenciando a dimensão da substrução, segundo elemento da tríade. Na vida cotidiana, as relações de dominação e apropriação espacial carregam consigo um substrato histórico e não podem ser explicadas apenas com base no período atual, pois elas são construídas e reconstruídas desde períodos pretéritos. Ora, todo espaço tem uma história a ser contada, capaz de explicar muitos dos processos e dinâmicas do presente.

Desse modo, a substrução refere-se às pontes e articulações construídas entre os diferentes grupos sociais até o momento presente, assim como as representações que estes absorvem e carregam consigo. Isto porque as representações que fazem parte do imaginário social sempre dissimulam seus objetivos reais (portanto, são falsas no que apontam e dizem), mas são verdadeiras quanto àquilo que sustentam (LEFEBVRE, 2006, p. 58). Segundo Moura (2009), as representações que se impõem nas disputas pela produção do espaço constroem-se mediante intencionalidades que se sobressaem perante a heterogeneidade de atores e agentes, obscurecendo interesses e desvirtuando o sentido de determinadas práticas espaciais em nome do sucesso de seus projetos.

---

<sup>3</sup> É possível observar um aprofundamento desse debate acerca de atores, agentes e sujeitos em Ferreira, 2013.



Já o terceiro termo da tríade - a projeção - enfatiza a dimensão do devir espacial, isto é, do espaço enquanto projeto. O que nos aponta para a análise dos planos, tendências, aberturas e possibilidades existentes no movimento geral de produção do espaço. Ao longo deste artigo, iremos expor os projetos que nos levaram à constituição do estado de coisas atual, tanto em Barcelona (e seu modelo) quanto no Rio de Janeiro, o que corresponde à noção de projeção, uma vez que esta aponta para o futuro, mas evidentemente o que define o projeto é a história construída no passado e a experiência do presente vivido.

Pois bem, a produção social do espaço no presente momento histórico do capitalismo gera, por vezes, formas-conteúdo (materializações) muito específicas, variando de acordo com o substrato (o que está por trás do que se apresenta) de cada lugar. A cidade pode ser considerada uma dessas formas, pois é um produto social e histórico, portanto, espacial. Diante disso, surge a importância da análise do espaço urbano, que não é sinônimo de cidade, sua forma. Portanto, a análise não pode limitar-se às mudanças nas formas urbanas, mas deve englobar também as funções e estruturas, envolvendo o espaço e as relações sociais que nele ocorrem e que o produzem. Daí a relevância da tríade analítica materialização, substrução e projeção para analisar as reformas urbanas das cidades de Barcelona e do Rio de Janeiro em décadas recentes, considerando, sobretudo, o poder dos discursos e representações que promoveram tais projetos.

Apesar de todas as diferenças espaço-temporais, veremos que é possível traçarmos muitas similaridades entre as transformações de ambas as metrópoles, em especial sobre os movimentos de revitalização das suas zonas portuárias. Primeiramente, tanto anteriormente em Barcelona quanto posteriormente no Rio de Janeiro, nota-se que a construção do imaginário sobre uma cidade-modelo (global e modernizada) e a reprodução do discurso sobre as mudanças necessárias para alavancar este status de cidade (diga-se uma “cidade de Primeiro Mundo”) advém de um poder simbólico oriundo de interesses e práticas de persuasão que se sobrepõem perante a diversidade social. Como salienta Moura (2009), a construção do imaginário enquanto representação, mais que uma simples linguagem, constitui-se em condição de conquista de uma relação de dominação. Por isso, a fixação de novos valores e ideologias em relação ao espaço da cidade está diretamente relacionada com a lógica da ordem dominante, sendo, portanto, um instrumento necessário à legitimação e ao reforço do poder.

Nesse sentido, o pacote ideológico da “cidade-modelo” tornou-se inquestionável e difundido (mas também muito previsível), em um movimento em que ambas as cidades foram transformadas em uma marca nacional e internacional da modernidade urbana. Sobre este tema, Moura (2009) afirma que esta imagem dominante de cidade, que se reproduz de forma acrítica, é sustentada por um discurso supostamente racional e neutro, numa linguagem tecnocrática, simplificadora e redutora dos conflitos cotidianos e da dimensão política da produção do espaço. Um discurso repleto de menções ao otimismo na leitura da cidade, que



enaltece o papel dos “gestores urbanos” e até mesmo dos grandes empresários, que juntos são os únicos “capazes de desenhar cenários positivos e plausíveis, que a população possa abraçar com objetividade” (MOURA, 2009).

Logo, a construção da imagem hegemônica sobre a cidade-modelo revelou-se um elemento fundamental para a sustentação dos referidos projetos, como uma verdadeira estratégia de dominação sobre o imaginário social. É interessante perceber que esta representação hegemônica sobre a cidade também se constrói como uma parte extremamente significativa do senso comum, visto que é organizada a partir de padrões que ultrapassam as clivagens entre os segmentos sociais, através de mecanismos de cooptação capazes de instaurar o (aparente) consenso. Afirma Moura (2009, p.232) que:

a imagem urbana construída transforma o imaginário da cidade instalando, no nível da consciência social, o desejo de uma “nova cidade”, que se sustenta na veiculação de uma paisagem urbana articulada com um novo imaginário social. (...) São valorizadas propriedades privadas, recriados espaços públicos e favorecido seu uso a partir de investimentos voltados para “educar” o cidadão para que frequente esses “novos” ambientes urbanos e seja um pilar importante do projeto. É como se cada inovação urbana fosse um novo produto lançado ao mercado consumidor. O projeto de “lançamento” de cada “novo produto” costuma ser minuciosamente planejado. Em função disso, há ampla adesão social em torno da imagem construída, decorrente do processo de recepção de mensagens-síntese veiculadas por uma eficiente articulação de mídia e pela reprodução acrítica do discurso dominante, influenciando hábitos, especialmente da classe média, que fortemente adere aos novos padrões de vida coletiva que lhes são apresentados.

Na atualidade, diante dos avanços e inovações nas tecnologias de comunicação e informação, as imagens virtuais tornam-se progressivamente mais próximas do mundo “real”. Se a paisagem se caracteriza por aquilo que já existe, pela materialização das formas e processos, então essas imagens virtuais, ao serem incorporadas à configuração da paisagem, influenciam diretamente nossa percepção sobre a realidade: um jogo entre real e virtual; passado, presente e futuro; materialidade, substrato e projeções. Estas imagens virtuais, meticulosamente projetadas sobre uma paisagem às vezes tão familiar para um grupo social, acaba por introjetar nos agentes a sensação de que isso já está dado, um dado que se transformou em paisagem. Dessa maneira, ao reproduzirem simbólica e parcialmente as relações da sociedade, os atores hegemônicos da sociedade acabam produzindo, pelo exercício do poder, uma realidade virtual, mas que se apresenta como verdadeira.

Se a paisagem se constitui, tal como afirmava Milton Santos (1996), como um conjunto de objetos reais-concretos que integra obras e produtos de tempos passados e presentes, a introjeção de uma imagem virtual na paisagem transforma um objeto, que existe em projeto, em “real”, visto que já está posto na paisagem. Não obstante, seguindo os passos de Augustin Berque (2012), ao pensar a paisagem como marca e matriz, percebemos que o uso da tecnologia digital na representação da paisagem reforça aquilo que estamos chamando de imagem virtual transformada em paisagem. Uma dupla dimensão, a paisagem é marca, porque



expressa a sociedade, e é matriz porque influencia nossos esquemas de percepção, de concepção e de ação. Por isso, quando a imagem virtual é transformada em paisagem, as formas virtuais são introjetadas na paisagem através de recursos de edição e design que simulam o real, alterando até mesmo o significado da projeção, uma vez que esta assume características de materialização, apesar de estar apenas no imaginário social. Podemos observar claramente o uso deste artifício no Projeto Porto Maravilha (Figuras 01 e 02), o qual foi inspirado no “Modelo Barcelona”.

**Figura 1.** O projeto do Museu do Amanhã.



Fonte: <http://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/museu-do-amanha.html>, em 07/03/2012.



Figura 2. Praça Mauá com e sem o Viaduto da Perimetral



Fonte: [www.rio.rj.gov.br/](http://www.rio.rj.gov.br/)

### O “MODELO BARCELONA” E O PROJETO PORTO MARAVILHA

Partimos do entendimento de que a metropolização do espaço se expressa como uma verdadeira metamorfose espacial (LENCIONI, 2017). Compreende novas determinações tanto no plano físico-material, a partir da emergência de novas formas e de refuncionalização para formas antigas, quanto no plano das representações espaciais, através de novos conteúdos que permeiam as relações entre os grupos sociais. Isto



significa dizer que as transformações contemporâneas na produção das cidades traduzem mudanças mais profundas na estrutura do sistema capitalista e anunciam uma nova lógica espacial. Deste modo, a reestruturação produtiva interage com o momento atual das cidades, redesenhando suas paisagens e reconfigurando a organização da sociedade.

De forma geral, o processo de metropolização marca a passagem de uma economia baseada na indústria para outra em que há o predomínio das atividades ligadas aos serviços e comércio. Conforme Milton Santos (1993, p.103), “a metrópole informacional assenta-se sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole”. De fato, neste período de transição metropolitana, a grande cidade se converte em um centro de consumo, inovação e controle, isto é, em um lugar de produção de serviços antes que de bens, onde se engendram as mais recentes estratégias de reprodução do capital financeiro-imobiliário.

Entretanto, é importante notar que as cidades também estão mudando porque atualize-se o *modus operandi* de planejar e gerir o espaço. Ana Fani Alessandri Carlos (2005) afirma que o movimento de passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro traz como consequência a necessidade da produção de espaços capazes de recriar suas condições de realização. Desse modo, são elaborados planos e projetos de reinserção econômica para as cidades, nos quais diversas delas têm seus territórios estrategicamente reestruturados pelos governantes locais em vista da atual dinâmica da economia global. Neste quadro, sob o discurso do planejamento estratégico, prefeitos, governadores e empresários integram suas estratégias de controle territorial através de um novo modelo de gestão urbana, no qual os imperativos da produtividade e competitividade se tornam focos norteadores de gestores inspirados em racionalidades provenientes da administração de empresas.

Considerando esta trama, Carlos Vainer (2000) compreende que o planejamento territorial baseado no urbanismo clássico-moderno cede espaço ao planejamento neoliberal, no qual reina o pragmatismo político, e a produtividade do espaço é a meta-final. Dessa forma, o autor expõe o atual cenário do *city-marketing* em que as elites locais das grandes cidades competem entre si para atrair capitais, tecnologia, indústrias, serviços e mão-de-obra qualificada. Além disso, os governos se orientam por medidas empreendedoras ao invés de administrativas, através de “investimentos” materiais no espaço e na produção planejada do consenso social sobre o próprio modelo de desenvolvimento que reproduz (VAINER, 2000). Referimo-nos, portanto, às transformações das políticas de ordenamento territorial do Estado, que passam a ter como característica a orientação pelo e para o mercado.

Desse modo, a ordem global se impõe nos diversos locais da era urbana-metropolitana, seja através de normas, modas, discursos, ideologias ou mesmo por meio da violência bruta e do poderio bélico. Esta ordem dominante e globalizada dominou o tempo e o espaço das cidades, apropriando-se de suas imagens e



símbolos, esculpindo a ordem local e atribuindo a ela outros ritmos. Assim se confirma a atual dinâmica de dominação territorial da cidade contemporânea, que se desvela não apenas num sentido objetivo do ordenamento materialmente circunscrito no espaço, mas também na garantia da ordem através da reprodução estratégica de um conjunto de normas, símbolos, valores e ideologias elementares à lógica de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Se fosse possível definir em poucas palavras no que se baseou a transformação realizada em Barcelona, talvez pudéssemos apontar dois eixos importantes; quais sejam, a criação de espaços públicos (inicialmente com foco bastante local) e as grandes operações urbanísticas (nesse caso operando em uma escala bem maior) ligadas a grandes eventos, como por exemplo as Olimpíadas de 1992 e o Fórum de las Culturas, realizado em 2004. De alguma forma, não se tratou apenas de transformações materiais, associou-se tais mudanças a uma nova imagem da cidade: uma cidade moderna e dinâmica. Houve grandes transformações que vão desde a escala local a grande escala, tendo como exemplo a área do centro histórico, a Villa Olímpica, Poblenou – tradicional bairro industrial que têm sido transformado no denominado 22@, local planejado para abrigar um distrito para empresas de alta tecnologia e comunicações (obviamente acompanhado de rede hoteleira, centros comerciais e de convenções), a área do Fórum de las Culturas, a criação de vários museus e centros culturais, além de novos espaços de consumo. A partir disso, é construída uma nova imagem de Barcelona como centro cultural, comercial e turístico.

Barcelona, sem dúvida, não foi a primeira cidade a fazer uma grande transformação em sua zona portuária, contudo talvez tenha sido a primeira a produzir um discurso de mudança que tenha contagiado boa parte da população e da mídia de forma tão contundente. Por isso, foi decisivo para o sucesso dos Jogos Olímpicos enquanto evento e, sobretudo, no respectivo impacto urbano que deixou de herança, o fato de terem sido assumidos por todos como os jogos da cidade e para a cidade. Talvez isso tenha sido crucial para a projeção publicitária que Barcelona teve internacionalmente, contribuindo para que outras cidades quisessem repetir esse caminho. O problema não vislumbrado teria sido o fato de que essa trajetória tem origem numa história construída através do tempo e não factível de reprodução com os mesmos resultados. Não estamos afirmando que o projeto realizado em Barcelona quando sediou as Olimpíadas foi perfeito ou que não houve problemas, estamos apenas apontando para o risco da criação de um “Modelo Barcelona”. Entretanto, objetivamos tratar, de forma resumida, das transformações propostas e das (não) realizadas para a zona portuária do Rio de Janeiro, assim não nos aprofundaremos nas mudanças ocorridas em Barcelona.

Na cidade brasileira, vários prefeitos falaram da necessidade de realização de projetos para a zona portuária carioca, contudo com muita falácia e pouca ação nada se fez por aquela área da cidade. De fato, a



containerização contribuiu para a obsolescência de inúmeros armazéns, que sem uso e muitas vezes abandonados foram se degradando.

Através dos anos foi-se construindo um discurso de que era necessário fazer um uso moderno para a velha zona portuária, um uso que resgatasse o contato do carioca com o mar, tão marcante na época do nascimento da cidade; discurso semelhante ao construído em Barcelona no que se refere a mediterraneidade: surge então o projeto Porto Maravilha.

Em meados de 2009 foi realizada uma cerimônia no Píer Mauá, centro do Rio de Janeiro, que contou com as presenças do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-governador Sérgio Cabral e do ex-prefeito Eduardo Paes, em que foram assinados os acordos que deram andamento, oficialmente, ao projeto. A presença das três esferas de governo – que se repetiu nas cerimônias para a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e para as Olimpíadas de 2016, por exemplo – objetivava reforçar a união em torno do mesmo objetivo: a projeção da cidade do Rio de Janeiro como cidade global, sob os moldes do “Modelo Barcelona”. Esse alinhamento mostrou-se importante, visto que a situação fundiária da zona portuária englobava as três instâncias de governo.

Na primeira fase do Projeto Porto Maravilha, a Praça Mauá foi reurbanizada e ampliada até a beira-mar, juntamente com reurbanização das principais vias de acesso (Avenida Rodrigues Alves e Rua Sacadura Cabral). Após a desapropriação por decreto, o Palacete Dom João VI, também na Praça Mauá, transformou-se no Museu de Arte do Rio (MAR) em parceria com a Fundação Roberto Marinho. A parceria público-privada foi mais uma vez utilizada para a implementação do Museu do Amanhã, destinado a exposições interativas, com enfoque no tema da relação do Homem com o planeta. Uma estratégia econômica que vai ao encontro de um momento em que se fala em aquecimento global, em efeito estufa...

Segundo o projeto original, o Píer Mauá seria transformado, recebendo quiosques, chafarizes, pérgulas, anfiteatro e um espaço multiuso, transformando-se em mais um parque para a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, pouco antes de serem iniciadas, as obras do futuro parque no Píer Mauá foram alteradas pela prefeitura da cidade. Seguindo o ‘Modelo Barcelona’, o projeto anterior deu lugar “a um equipamento público desenhado por um arquiteto de renome internacional”, nas palavras do prefeito à época. O arquiteto escolhido para a criação foi o espanhol Santiago Calatrava, que se destaca pelos projetos de extrema leveza que se remete a animais. Sendo assim, o Museu do Amanhã (Figura 03), que se localizaria nos Armazéns 5 e 6 (cedidos pela Companhia Docas) e no prédio da Polinter, passou para o Píer Mauá, tendo sido inaugurado em dezembro de 2017. Acreditava o antigo prefeito que o projeto tornar-se-ia um marco da Terceira Cúpula da Terra (Rio+20) – evento que aconteceu no Rio, no final de 2012, e que teve como objetivo o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta (seja lá o que ele entenda por essa



expressão!). Vale lembrar que o arquiteto espanhol foi o responsável pelo projeto da Gare do Oriente, em Lisboa; esse complexo, que engloba estações de metrô, ônibus e um centro comercial, foi construído para a Expo '98 Lisboa. O desejo do prefeito carioca vai ao encontro dessa máxima que vê esses grandes projetos arquitetônicos de grande monumentalidade como alavancadores de investimentos para as cidades. Fica evidente, também, que o prefeito procurava aproveitar-se da sequência de eventos que movimentaram a cidade ao longo dos anos de sua gestão: Jogos Mundiais Militares, em 2011; Terceira Cúpula da Terra (a Rio+20), em 2012; Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos, em 2016.

A prefeitura compreendia que o Museu de Arte do Rio (MAR) juntamente com o Museu do Amanhã – com custos de quase R\$ 300 milhões, o dobro do previsto inicialmente – poderiam servir como “âncoras culturais” da iniciativa. Ao se afirmar que os dois museus seriam realizados em parceria com a iniciativa privada significa dizer que as obras foram realizadas com recursos públicos do Ministério do Turismo e da prefeitura, já o conceito, a elaboração e a implantação ficaram a cargo da Fundação Roberto Marinho. O convite teria sido feito, segundo o secretário-geral da fundação, devido ao histórico de projetos realizados, como os museus do Futebol e da Língua Portuguesa, em parceria com o governo de São Paulo.

**Figura 3.** Praça Mauá e Museu do Amanhã vistos a partir do Museu de Arte do Rio: obras finalizadas.



Fonte: Reprodução/Facebook.



Neste contexto, muito do patrimônio construído, infelizmente, exposto à lógica do capital, desapareceu. Principalmente porque essa expressão ou “patrimônio arquitetônico” remete a edificações “com assinatura” ou de caráter monumental, com uma carga simbólica e remetimento ao passado que leva a uma significação histórica indiscutível. No entanto, o que foge dessa característica leva, muitas vezes, a pessoa comum a não se incomodar com a derrubada de “prédios velhos e sem uso” (expressão usada por vários moradores da cidade ao se referirem aos antigos galpões e fábricas da zona portuária).

Se grandes obras não têm recebido o devido cuidado, que dizer daquelas menos emblemáticas? Aliás, ao contrário do que deveria, os valores históricos dos imóveis são vistos pelos proprietários, promotores imobiliários e administração pública como empecilhos para a realização de seus projetos; o que aponta para o risco de perda de uma parte de nossa história. As construções localizadas em toda a zona central estiveram e ainda estão sujeitas a esse risco.

Diga-se, ainda, que era também proposta do antigo prefeito carioca a transferência da Câmara de Vereadores – que há quase cem anos ocupa o Palácio Pedro Ernesto, na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro – para a zona portuária. O Palácio passaria a abrigar o Museu Histórico da Cidade, mas este projeto desandou com a troca de comando no município: Marcelo Crivella, o atual, abandonou por completo esta ideia.

Acreditamos que os maiores problemas recairão sobre a população mais pobre que reside nos bairros da zona portuária; o que em princípio pode parecer contraditório, visto que no projeto da prefeitura havia lugar para construção de habitações. O que nos impressiona é a maneira segundo a qual a prefeitura angariou verba para dar sequência à segunda fase do projeto. O antigo alcaide cumpriu a sua meta de demolir o trecho do Elevado da Perimetral que ia do Mosteiro de São Bento (próximo à Praça Mauá) até o armazém seis do Cais do Porto, construindo em seu lugar dois “mergulhões”, ou seja, passagens subterrâneas: os túneis Rio 450 e Prefeito Marcello Alencar (Figuras 04 e 05). Os recursos para a obra vieram do lançamento no mercado – por uma empresa municipal criada através de um projeto de lei – de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), os quais seriam títulos que dariam aos empreendedores direitos de construção gerados pelas modificações na legislação urbanística da área.

A prefeitura acenou com a revisão da legislação nos bairros da Gamboa, Saúde, Cidade Nova, Caju e da zona da Leopoldina, apresentando no projeto áreas de uso residencial, comercial, misto e de habitação social. Assim, ao adquirir os CEPAC os interessados poderiam utilizar-se do potencial de construção gerado pelas alterações, dentre elas, por exemplo, a alteração que permite a construção de prédios de até 50 pavimentos. O dinheiro auferido com a venda dos certificados, segundo representantes da prefeitura, financiaria parte das obras de revitalização do Porto do Rio e, dentre elas, a demolição do elevado da Perimetral e a construção dos túneis.





O próprio (ex-)prefeito Eduardo Paes<sup>4</sup> apresentou o projeto dos CEPAC, em que constava a criação de uma sociedade de propósito específico (SPE) ou de um consórcio público envolvendo município, estado e União, e que receberia os terrenos das três esferas de poder localizados na zona portuária. Após a modificação da legislação urbanística, essa sociedade negociaria no mercado os CEPAC. O dinheiro gerado pela negociação dos CEPAC financiou as obras de infraestrutura urbana (tais como a recuperação e criação de ruas, além de obras de urbanização e implantação de ciclovias, de ampliação das redes de água e esgoto, energia elétrica, gás e telecomunicações) em uma área de cinco milhões de metros quadrados no entorno do porto. O investimento destinou-se à adequação da área para atrair escritórios e empresas.

Podemos observar, cerca de 15 anos depois, que muito do que foi projetado não se materializou, como a expansão em larga escala de atividades de negócio para a região portuária. Diferentemente do que ocorreu em Barcelona (projeto que mais influenciou o antigo e atual alcaide), as melhorias na infraestrutura urbana, para usufruto dos habitantes e usuários da cidade, são consideravelmente menores. Já não se pode dizer o mesmo do lucro das empresas agraciadas com contratos de parceria público-privada na região...

Assim, é possível imaginar que os investidores esperados pelo governo somente interessar-se-iam pelo investimento nos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) se vislumbassem um retorno financeiro apropriado. Nada mais lógico! E é justamente essa lógica que nos faz acreditar que a mudança na legislação urbanística da zona portuária atendeu aos interesses dos possíveis investidores e não da população mais necessitada. Aliás, no material divulgado acerca do projeto Porto Maravilha, vemos uma área destinada à implantação de habitações sociais do Programa Minha Casa Minha Vida, entretanto aquela já é uma área habitada por moradores de baixa renda, que se encontram nos bairros de Gamboa e Santo Cristo - e pior: o projeto de habitação social não foi consolidado. Em outras áreas da zona portuária e adjacências – com extensão bem maior – em que estão previstos usos residenciais ou de uso misto (residencial e comércio), não há previsão de habitações sociais.

Desde o retorno de Eduardo Paes à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2021, foram lançados projetos para retomar o crescimento da região portuária. O projeto Reviver Centro atraiu projetos imobiliários de construtoras, como nos projetos Cury Rio Wonder Residences Praia Formosa e Cury Rio Wonder Residences Cais do Valongo, da incorporadora imobiliária Cury. Serão, no total, mais de 1.200 apartamentos de um e dois quartos, os quais foram negociados na planta, antes mesmo do início das obras. Ambos os empreendimentos imobiliários se localizam na região portuária do Rio, e o segundo (Cury Rio Wonder Residences Cais do Valongo) teve parceria com o Programa Casa Verde e Amarela, para obtenção de crédito para aquisição de moradias. Contudo, tal Programa não atende às mesmas faixas de renda do Programa Minha Casa Minha

---

<sup>4</sup> Eduardo Paes foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 2009 e 2017. Foi eleito para um terceiro mandato, entre 2021 e 2024.



Vida, de até R\$1.800,00 de rendimento mensal e prestações de até 10% da renda familiar, faixa que mais sofre com o déficit habitacional na cidade e que poderia se beneficiar de uma moradia no Centro. Além desses, outros empreendimentos estão sendo anunciados na região portuária: Heitor dos Prazeres, com apartamentos de dois quartos de 39 a 60m<sup>2</sup> (incorporadora imobiliária Cury); Porto Carioca com 1.472 unidades residenciais de dois e três quartos, dentre outros.

Com o sucesso do projeto Reviver Centro, a Prefeitura lançou também o projeto Rio Maravalley (referência ao Vale do Silício, na Califórnia), que pretende consolidar a região portuária da cidade como um polo de inovação tecnológica. Para tal, é necessário que haja tanto concentração de universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia quanto de empresas privadas do setor tecnológico. Trata-se de um galpão de 10 mil m<sup>2</sup>, onde foram construídas cerca de 30 salas e um espaço de coworking, laboratório, auditório, restaurante, café e uma grande arena para eventos. O local conta com o IMPA Tech, programa de graduação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

Analisando o processo de inovação, Regina Tunes (2020) aponta quatro dimensões espaciais fundamentais para que se analise geograficamente tal processo: concentração; territorialização; redes de inovação; desenvolvimento desigual. Em se tratando de análises geográficas, a dimensão mais citada é a concentração espacial – e que pode ser facilmente constatada em diferentes escalas, além de ser indissociável da territorialização, assim como da formação de redes de inovação. Aliás, é justamente a (desigual) concentração espacial de diferentes atores sociais ligados à inovação (como empresas privadas e públicas, universidades e o Estado, que cooperam e competem uns com os outros) o que possibilita a existência das redes de inovação.

São tais constatações que nos levam a acreditar que os interesses dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários, além dos setores de comércio, têm sido privilegiados em detrimento das necessidades da população de mais baixa renda. Tantos projetos, tanto dinheiro comprometido, prefeito e governador afirmando o que seria melhor para a cidade, no entanto aqueles que deveriam ser ouvidos – os moradores dessas áreas e os moradores da cidade como um todo – não têm voz. A cidade do Rio de Janeiro teve desde sempre uma história de grandes transformações, que frequentemente foram decididas autoritariamente pelas instâncias governamentais, pelos especialistas e fortemente influenciadas pelos proprietários fundiários e pelas grandes construtoras. Pelo que estamos vendo, a história torna a repetir-se; até quando?



## CONSIDERAÇÕES FINAIS... OU VIVENDO A CIDADE-MERCADORIA

O movimento de reprodução da cidade contemporânea se realiza a partir de processos, estratégias e formas que possibilitam a continuidade da reprodução do capital (CARLOS, 2017). Isto é, a partir da produção do espaço os grupos sociais dominantes da cidade garantem uma lógica territorial capaz de reproduzir as condições necessárias para a própria reprodução do capital. Este movimento ressalta a evidente integração entre a esfera do político e do econômico na cidade contemporânea e aponta para a percepção da própria “cidade como negócio”, concebida a partir de um urbanismo de negócios que se reduz à relação negocial entre poderes privatistas (CARLOS, 2015).

Sob este diagnóstico, torna-se evidente o processo de mercadificação da cidade<sup>5</sup>, ao constatar a condição fragmentada do espaço tornado mercadoria, que assim como as outras, deve ser valorizada, reproduzida, vendida, consumida e descartada (ou ainda reciclada, através dos movimentos de “revitalização”). Neste mesmo sentido, diversos autores trabalham a ideia de “cidade-mercadoria”, sinalizando um modelo de cidade no qual a cidadania e a participação popular sucumbem frente às estratégias do Estado e da elite empresário-comercial ligado ao capital financeiro internacional (CARLOS, 2015). Interesses e estratégias que, uma vez integrados, orientam os indivíduos a se comportarem como meros consumidores do espaço concebido como valor de troca e não como cidadãos portadores de direitos de uso do espaço vivido.

A produção bem-sucedida da imagem urbana, como vimos, se constitui como grande contribuição ao empresariamento urbano na atual economia globalizada (MOURA, 2009). Pois além de ser ‘incontestável’ internamente, a reforma do Porto Maravilha no Rio de Janeiro também conquistou um grau de visibilidade internacional até então inimaginável, projetando-se no espaço de disputa e de oportunidades deste mundo financeirizado das grandes cidades. Por isso, a construção de uma “cidade-modelo” é, por si, uma estratégia de “internacionalidade”, em grande parte iniciada pelo “Modelo Barcelona”. Neste quadro, as sucessivas adaptações ao modelo visam capacitar a cidade para a competição interurbana, tornando-a atrativa ao capital que busca se localizar e se reproduzir de forma acentuada.

---

<sup>5</sup> O mundo da mercadoria incorporou a tudo e a todos; passamos a experimentar e vivenciar a mercadificação da vida. Esclarecendo melhor, a alienação segue se realizando a partir da construção de um mundo em que a imagem e as representações ganham uma dimensão cada vez maior, em que verdadeiramente não é o consumidor ou a mercadoria consumida que importa, mas a representação do consumidor e do próprio ato de consumir. Tudo isso é amplificado se tivermos em conta que tanto as mercadorias quanto o ato de consumir ganham formas e sentidos de espetacularização. Por tudo isso é que, atualmente, prefiro falar em mercadificação em lugar de mercantilização, sendo que a primeira incorpora a segunda – mas vai além. Ao falar de mercadificação do espaço e mercadificação da cidade, temos em conta que agora, mais do que em qualquer momento anterior, a relação entre determinado espaço e a sua imagem construída é modificada, pois é o espaço – transformado em produto – que passa a representar a imagem, e não o contrário. Trata-se de entender que o espaço é consumido pelo que ele representa, ou seja, o que representa frequentar determinado lugar. Em outras palavras, mercadificação do espaço significa dizer que ele é mercantilizado, mas que essa mercadoria que estamos comprando é cada vez mais um estilo de vida uma experiência cotidiana diferenciada: compramos antes o que representa ter aquilo, fazer parte daquilo. Temos desenvolvido um longo debate acerca do movimento de mercadificação do espaço, que envolveu a produção de artigos e capítulos de livros, mas que ganhou maior profundidade em duas obras: “A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço”, de 2011; e “A cidade que queremos: produção do espaço e democracia”, de 2021.



Neste compasso, o projeto Porto Maravilha se materializa não apenas através de grandes obras físicas e transformações na paisagem dos bairros, mas sobretudo através da reprodução paulatina de um discurso e da produção forjada de uma imagem ideal sobre o espaço. Tal construção imagética se torna essencial para que o projeto de revitalização da Zona Portuária se materialize segundo às exigências do capital financeiro-imobiliário, isto é, viabilizando a mercadificação daquele espaço. Se antes tal região era apontada como obsoleta e inóspita, agora ela é vendida como um novo centro de inovação e tecnologia. Se antes os bairros do porto carioca não eram seguros e concentravam mazelas, agora eles são polos turísticos e concentram diversos atrativos para passeios em família e apreciação de eventos de arte e gastronomia. Não à toa, o bairro da Saúde, localizado na Zona Portuária, entrou para o ranking dos bairros mais “cool” do mundo pela revista Time Out de Londres, em 2021<sup>6</sup>, como um local que mescla traços coloniais e arte urbana contemporânea. O local é o mesmo, mas sua imagem está renovada e maquiada com novas representações que o fazem brilhar aos olhos do mercado. Assim, é possível imaginar um cenário que aponta para o processo de gentrificação da zona portuária da cidade. E, não temos dúvida, a gentrificação não é um efeito colateral dos investimentos naquela área; ela é planejada (FERREIRA, 2021a, 2021b).

Assim, a vida cotidiana na metrópole carioca se homogeneiza, fragmenta e hierarquiza de múltiplas maneiras, todas elas vinculadas ao ordenamento estratégico do Estado e aos estímulos e representações da ordem econômica vigente. Nesse sentido, estamos falando da homogeneização-fragmentação-hierarquização não apenas da cidade, enquanto base material das ações sócio-políticas, mas do próprio cidadão e suas referências espaço-temporais. No entanto, também é preciso considerar que as práticas espaciais não produzem apenas representações forjadas pela racionalidade hegemônica capitalista, como também espaços constituídos por lógicas não-hegemônicas e distintas dos ideais dos projetos estatais e imobiliários. Importa, então, dar mais visibilidade a essas práticas espaciais que subvertem a racionalidade hegemônica capitalista.

## REFERÊNCIAS

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. IN: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Geografia cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.

CARLOS, Ana Fani A. et ali (orgs). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Alvaro. A cidade que queremos: produção do espaço e democracia. Rio de Janeiro: Consequência, 2021a.

FERREIRA, Alvaro. A gentrificação não é um efeito colateral: complexificando o conceito para revelar objetivos escusos. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 75-102, 2021b. DOI: 10.5216/ag.v15i1.68912. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/68912>. Acesso em: 12 ago. 2024.

---

<sup>6</sup> <https://diariodoturismo.com.br/porto-maravilha-e-um-dos-bairros-mais-cool-do-mundo/>



FERREIRA, Alvaro. A luta pela “verdadeira democracia” na produção do espaço: por outro projeto de sociedade. IN: FERREIRA, Alvaro et al. (orgs.). *Produção do espaço: emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019a.

FERREIRA, Alvaro. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. In *Ateliê Geográfico, Goiânia-GO*, v. 13, n. 1, abr/2019b, p. 35-43.

FERREIRA, Alvaro. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. IN: FERREIRA, Alvaro et al. (orgs.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem: por que falar em agentes, atores e mobilizações? IN: FERREIRA, Alvaro et al. (orgs.). *Metropolização do espaço: Gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 53-74.

FERREIRA, Alvaro. A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.  
GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: FCE, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MOURA, Rosa. Os riscos da cidade-modelo. IN: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUNES, Regina. Geografia e inovação. Questões teórico-metodológicas a partir da Economia Política e da Geografia Econômica. In GOMES, M.; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. *Geografia da inovação: Território, redes e finanças*. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. IN: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.